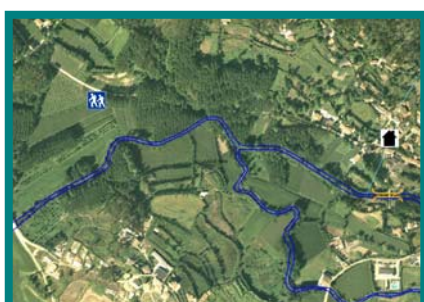


Curso de Pós-Graduação em TURISMO, ORDENAMENTO E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Trabalho Final

O(s) Património(s) de Felgueiras A estruturação do Território a partir da perspectiva de desenvolvimento turístico

Um contributo para a Estratégia de Ordenamento do Território



Curso de Pós-Graduação em TURISMO, ORDENAMENTO E GESTÃO DO TERRITÓRIO

O(s) Património(s) de Felgueiras A estruturação do Território a partir da perspectiva de desenvolvimento turístico

Um contributo para a Estratégia de Ordenamento do Território



Autoria: PAULO JORGE MARQUES SILVA

Orientação: PROF. DR. CARLOS FERREIRA

Entidade Organizadora do Curso: ADERSOUSA

Entidade Certificadora do Curso: UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

Data de elaboração: FEVEREIRO-ABRIL 2006

Índice

Capítulo I Introdução

| | |
|--|---|
| I.1 Alcance e pertinência do trabalho..... | 1 |
| I.2 Quadro de referência e pergunta de investigação..... | 2 |
| I.3 Objectivos e metodologia..... | 4 |

Capítulo II O Território e o Homem ao longo do tempo – A génese do(s) Património(s)

| | |
|---|----|
| II.1 O Território – suporte físico natural..... | 5 |
| II.2 A transformação da Paisagem por acção antrópica – Breve historial..... | 13 |

Capítulo III Elencagem e potencial turístico dos recursos patrimoniais do Município

| | |
|---|----|
| III.1 O Património como “mola impulsadora” do Turismo contemporâneo | 20 |
| III.2 O Património Ecológico..... | 21 |
| III.3 O Património Edificado..... | 23 |
| III.4 Avaliação do Património – Matriz de atractividade | 25 |
| III.5 Distribuição geográfica dos elementos patrimoniais..... | 27 |

Capítulo IV Síntese do diagnóstico – Visão e objectivos estratégicos

| | |
|---|----|
| IV.1 Avaliação SWOT..... | 28 |
| IV.2 Visão estratégica..... | 29 |
| IV.3 Eixos e objectivos estratégicos..... | 30 |

Capítulo V Operacionalização da Estratégia – Plano de Acção

| | |
|---|----|
| V.1 Quadro de partida: Factores críticos..... | 31 |
| V.2 Medidas de Ordenamento do Território..... | 32 |
| V.2.1 Aspectos físicos..... | 33 |
| V.2.2 Aspectos regulamentares..... | 35 |
| V.2.3 Monitorização..... | 36 |

Bibliografia e fontes de informação

Anexos:

Metodologia para delimitação da Estrutura Ecológica Rural

Planta 01 – Situação actual dos Patrimónios Ecológico e Edificado de Felgueiras 1:25.000

Planta 02 – Proposta de Ordenamento do Território 1:25.000

Planta 03 – Aspecto da Zona Norte do Município sobre ortofotomapa 1:10.000

Planta 04 – Aspecto da Zona Sul do Município sobre ortofotomapa 1:10.000

CAPITULO I

Introdução

1.1 Alcance e pertinência do trabalho

Pretende-se com este documento apresentar o trabalho final para o curso de pós-graduação “Turismo e Ordenamento do Território”.

O tema escolhido para desenvolver (o Ordenamento do Território como factor potenciador da atractividade turística do Património) insere-se naturalmente no conjunto de temáticas debatidas ao longo do curso, sendo em particular relevante o exercício levado a cabo no último módulo (Ensaio para um Plano de Ordenamento Turístico para o Vale do Sousa).

A pertinência deste tema será tanto mais relevante quanto o facto de o PDM-Felgueiras se encontrar em fase de revisão, afigurando-se assim ser esta uma excelente oportunidade de dirigir o trabalho para uma questão ainda não suficientemente amadurecida, mas com grande actualidade dada a oportunidade de desenvolvimento regional que é oferecida pela implementação do Rota do Românico do Vale do Sousa.

Deste modo, pretende-se que as conclusões emergentes deste trabalho possam vir a ser, de alguma forma, incorporáveis na própria Revisão do PDM.

Será relevante, enquanto pressuposto, salvaguardar que para este trabalho apenas foram consideradas duas tipologias de património, visto serem aquelas com maior grau de interacção com as questões de Ordenamento do Território: **o Património Edificado e o Património Ecológico (Natural ou Cultural)**.

1.2 Quadro de referência e pergunta de investigação

O único instrumento de gestão do território de âmbito municipal em vigor para Felgueiras é o seu Plano Director Municipal, aprovado e vigente desde Janeiro de 1994.

Naturalmente, trata-se ainda de um 'PDM de 1ª Geração, que, muito embora apresente algumas preocupações de foro estratégico, se ocupa fundamentalmente das questões físicas, mormente relacionadas com a transformação do território por via da edificação de iniciativa particular.

Neste documento não é referenciado, em qualquer dos seus elementos, nenhum tipo de critério ou princípio destinado a nortear a actividade turística.

Isto significa que, à data da elaboração do PDM, **não era reconhecida vocação turística ao território.**

O mesmo já não poderá ser afirmado em relação ao património edificado.

De facto, o PDM incorpora **perímetros de protecção**, não só aos imóveis classificados pelo IPPAR, como também a um conjunto de outros imóveis considerados de interesse municipal pela equipa responsável pela elaboração daquele, baseando-se em aturadas pesquisas bibliográficas e trabalho de campo.

No entanto, estes perímetros foram delimitados tendo apenas como objectivo a protecção, mormente em termos de impacto visual, do imóvel e sua envolvente imediata, o que, sendo obviamente de grande importância, não comporta mais-valia estratégica no que respeita a políticas mais abrangentes e proactivas de valorização, para as quais a actividade turística pode ser uma alavanca essencial.

Em vista do novo quadro legal (a LBOT - Lei nº 48/98 e o RJIGT - D.L. nº 310/2001), a qual enquadra as revisões de PDM em curso (Felgueiras naturalmente incluído), a reformulação destes conceitos torna-se pertinente.

Aliás, o D.L. nº 310/2001, no artigo 70º (objectivos dos PMOT), refere que estes devem conter:

(...)

- f) Os princípios e as regras de garantia da qualidade ambiental e da preservação do património cultural;

(...)

- h) Os critérios de localização e distribuição das actividades industriais, turísticas, comerciais e de serviços;

Também o quadro de referência territorial sofreu algumas modificações relevantes, nomeadamente através dos grandes corredores de acessibilidade, finalmente a serem concretizados no terreno.

Em relação ao património cultural, o projecto em curso da 'Rota do Românico do Vale do Sousa', deverá ser devidamente enquadrado e complementado, sob pena de se tornar uma oportunidade de desenvolvimento local desperdiçada.

Na verdade, uma política de valorização do território e seu património, será sempre um complemento importante para a sustentabilidade da própria Rota.

Neste contexto, a pergunta de investigação que se afigura pertinente será a seguinte:

Como transpor um esquema de valorização turística do(s) património(s) de Felgueiras para a estratégia de Desenvolvimento / Ordenamento Territorial do município, em face do actual processo de revisão do PDM?

1.2 Objectivos e Metodologia

Os objectivos deste trabalho e a metodologia de investigação para conseguir atingi-los são explicitados na tabela apresentada a seguir.

A estruturação do trabalho deverá, pois, ser também gerada a partir daqui.

| Objectivo | Metodologia |
|---|--|
| 1-Identificar cronologicamente os diversos relacionamentos Homem-Território e relacioná-los com a génese do Património Cultural; | |
| <i>Sub-objectivos:</i> | |
| 1.1-Characterizar, de forma sucinta, o Território enquanto suporte físico natural; | -Utilização de recursos cartográficos e recurso a software para o respectivo tratamento; |
| 1.2-Identificar, do ponto de vista histórico, a sequência de modos de apropriação do Território; | -Investigação bibliográfica; -Utilização de recursos cartográficos; |
| 2-Elencar e classificar, do ponto de vista do potencial turístico, os recursos patrimoniais do Município; | |
| <i>Sub-objectivos:</i> | |
| 2.1-Identificar o conjunto de recursos patrimoniais; | -Investigação bibliográfica; -Trabalho de campo; -Utilização de recursos fotográficos e cartográficos; |
| 2.2-Agrupar e catalogar os recursos identificados; | |
| 3-Configurar uma visão estratégica; | |
| <i>Sub-objectivos:</i> | |
| 3.1-Elaborar matriz SWOT quadripolar; | |
| 3.2-Propor uma visão e objectivos estratégicos; | |
| 4-Elencar conjunto de 'Opções de Ordenamento' | |
| 4.1-Definir quadro territorial e legal de partida e identificar factores críticos; | -Investigação bibliográfica-PDM em vigor e outra informação a disponibilizar pela CMF; |
| 4.2-Traduzir os objectivos estratégicos em medidas concretas. | -Utilização de recursos cartográficos. |

CAPITULO II

O Território e o Homem ao longo do tempo – A génese do(s) Património(s)

II.1 O Território – suporte físico natural

O actual território do Município de Felgueiras localiza-se na região Norte de Portugal, na parte superior do Vale do Sousa.

Esta localização remete para uma coroa de transição entre o Litoral e o Interior, no limite dos actuais distritos do Porto e Braga.

O Município é constituído por 32 freguesias, ocupando uma área de cerca de 11.474 ha , onde residem 57.595 habitantes (densidade populacional 500 hab/ha, mais de 4 vezes superior à média nacional), integrando actualmente quatro centros urbanos: a cidade de Felgueiras, a cidade da Lixa, a vila de Barrosas e a vila da Longra.

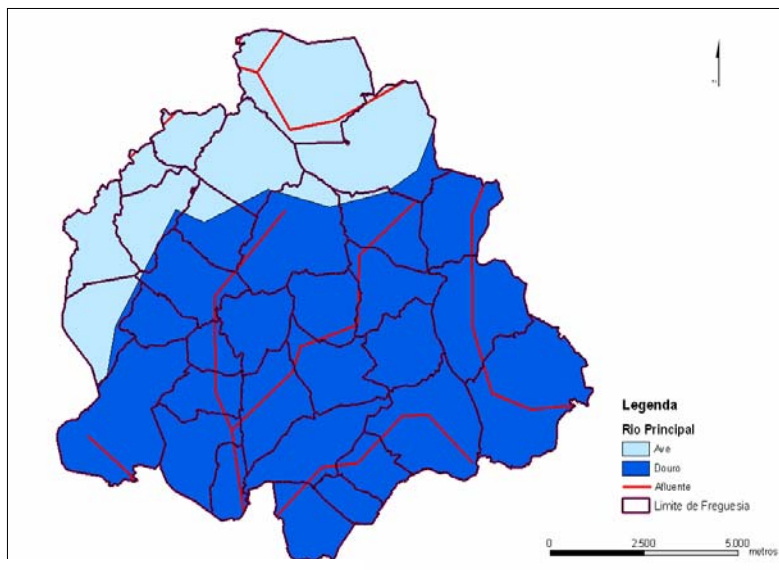
Figura 1 – Localização de Felgueiras no Vale do Sousa e divisão administrativa



Fonte: Instituto Geográfico Português, Carta Administrativa de Portugal

Este território encontra-se repartido por duas grandes bacias hidrográficas – a do Ave e a do Douro – sendo esta última subdividida em duas (Sousa e Tâmega).

Figura 2 – Repartição do território por bacias hidrográficas



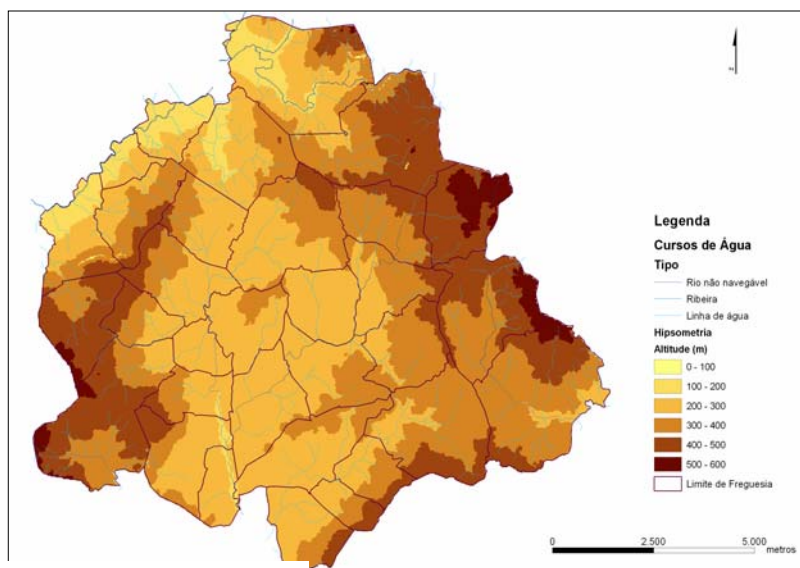
Fonte: Instituto do Ambiente, Atlas do Ambiente

Esta rede é, no entanto, bastante ramificada, sendo que os cursos de águas de maior caudal serão o Rio Sousa com os seus afluentes (especialmente o Tressousa) e o Rio Vizela, o qual delimita o Município a Noroeste, com os seus afluentes (os Rios Ferro e Bugio).

A natureza dos vales é também claramente diferenciada, sendo que ao longo do curso do Rio Sousa predominam os vales abertos e aplanados, enquanto que ao longo do curso do Rio Vizela e seus afluentes predominam os vales fechados e de encostas mais declivosas.

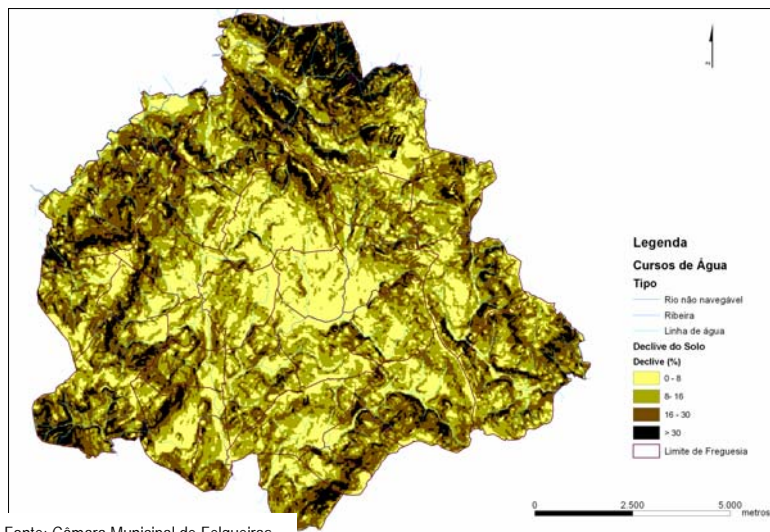
As cartas hipsométrica e de declives permitem vislumbrar esta realidade.

Figura 3 – Carta Hipsométrica e Carta de Declives



Fonte: Câmara Municipal de Felgueiras

Figura 4 – Carta de Declives



Fonte: Câmara Municipal de Felgueiras

A geomorfologia do Território encontra-se em estreita ligação com o relevo, sendo nitido que o território se divide entre uma vasta plataforma central, de suaves declives, onde correm as nascentes do Rio Sousa; alguns vales mais cavados nas margens dos rios Sousa e Vizela (neste último também nos seus afluentes); e salientes relevos periféricos.

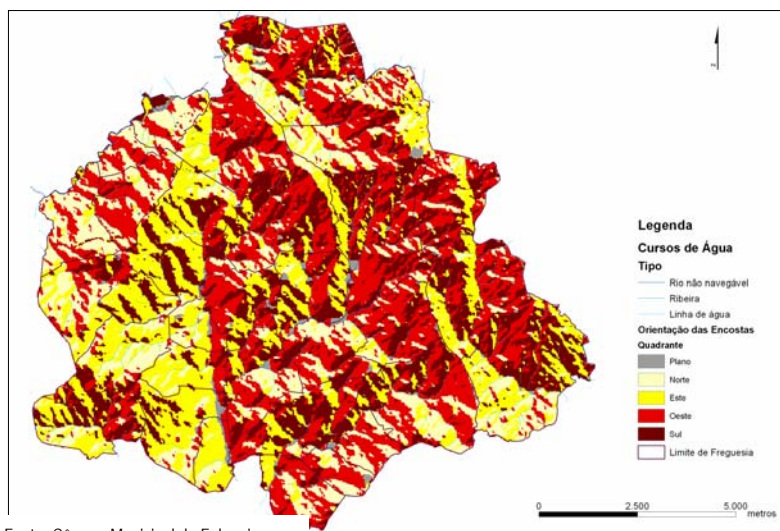
Assim, está-se perante um território algo acidentado onde, no entanto, nunca são ultrapassados os 600 metros de altitude.

A exposição das vertentes é, também, factor relevante e condicionante do Território.

Assim, através da Carta de Orientação de Encostas é possível observar que, apesar de não existir uma orientação dominante, a zona Nascente do Município, delimitada a partir da bacia do Rio Sousa, é aquela que apresenta as orientações mais favoráveis, e portanto com melhores índices térmicos.

Ao contrário a zona Poente do Município tem uma expressiva mancha de encostas orientadas para os quadrantes Norte e Nascente.

Figura 5 – Carta de Orientação das Encostas



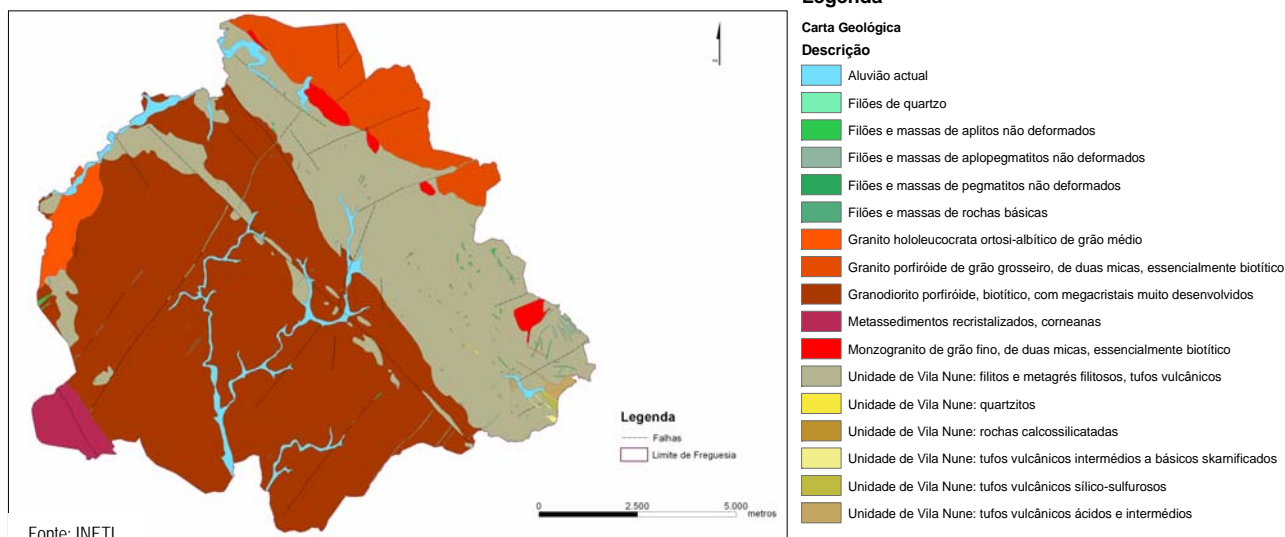
Fonte: Câmara Municipal de Felgueiras

Em termos geológicos, de acordo com a Carta Geológica e respectiva notícia explicativa, é possível agrupar as formações da seguinte forma:

- **Depósitos Modernos**, que correspondem aos Aluviões actuais. Não têm uma expressão muito relevante, sendo observáveis nos vales de alguns cursos de água, cujos fundos e margens são cobertos por uma película argilo-arenosa mais ou menos espessa.
Encontram-se formações deste tipo ao longo dos vales do Rio Sousa, da Ribeira de Borba, e dos Rios Vizela, Ferro e Bugio. Este tipo de terrenos é muito aproveitado para a agricultura;
- **Formações do Paleozóico**, que correspondem aos Xistos e Grauvaques (Silúrico) os quais ocupam uma extensa faixa que ocupa as zonas Norte e Leste do Município. Estas formações apresentam-se muito dobradas e o seu conjunto é cortado por falhas. Nas zonas de contacto com o granito, surgem orlas de metamorfismo bem desenvolvidas, constituindo cornenanas
- **Rochas Eruptivas**, constituídas essencialmente por formações graníticas (estas ocupam cerca de 70% do território). Estas formações apresentam-se sob diversas formas, sendo particularmente abundantes os granitos porfiroídes de grão grosseiro (formação de granodiorito de Felgueiras), que ocupam grande parte da área Poente do Município. Esta unidade é retalhada por importantes falhas;

- **Rochas Filonianas**, ocorrendo no Município numerosos filões de natureza diversa. Neste particular, merece especial destaque a massa aplítica de Revinhade.

Figura 5 – Carta Geológica



Em relação à natureza e aptidão dos solos, baseado na Carta de Solos do Município (a qual, infelizmente, não tem cobertura total do território), é possível observar a predominância dos **Antrossolos**, o que indicia que grande parte dos solos sofreu acção humana directa, mormente por via do seu aproveitamento para a actividade agrícola.

Por regra, são solos de encosta ricos em matéria orgânica, ácidos e intensamente utilizados com culturas de regadio e sequeiro, vinha, olival, pomares e prados.

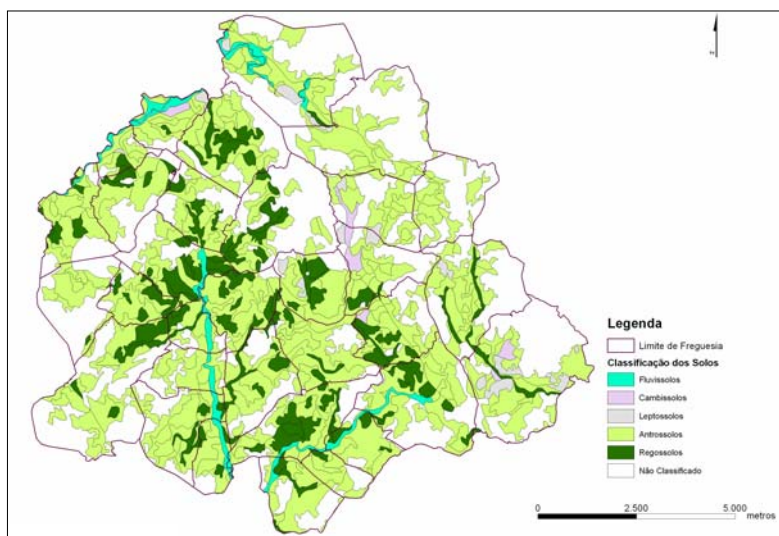
São também relevantes as manchas de **Regossolos** e **Fluvisolos**. Estes últimos integram as áreas de aluvião recente apresentando propriedades flúvicas, sendo por regra ocupados com culturas de regadio e pontualmente com pastagens.

Os **Cambissolos** - os quais não estão representados significativamente na parte coberta pela cartografia, mas que poderão ter alguma representatividade na restante – são solos com textura normalmente limosa ou arenosa, sendo ocupados por matas de pinheiro, eucalipto ou mistas, culturas arvenses de sequeiro ou regadio e ainda por incultos ou matos.

De salientar ainda a fraca expressão dos **Leptossolos** (solos pobres e rochosos).

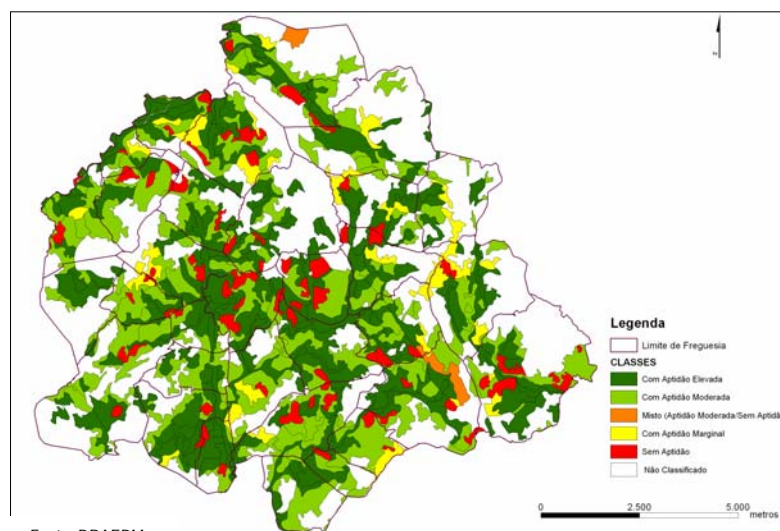
A natural apetência dos solos para a actividade humana, nomeadamente de natureza agrícola, é confirmada na Carta de Aptidão, onde é claramente observável a predominância dos solos com aptidão elevada e moderada.

Figura 6 – Carta da Classificação Básica dos Solos



Fonte: DRAEDM

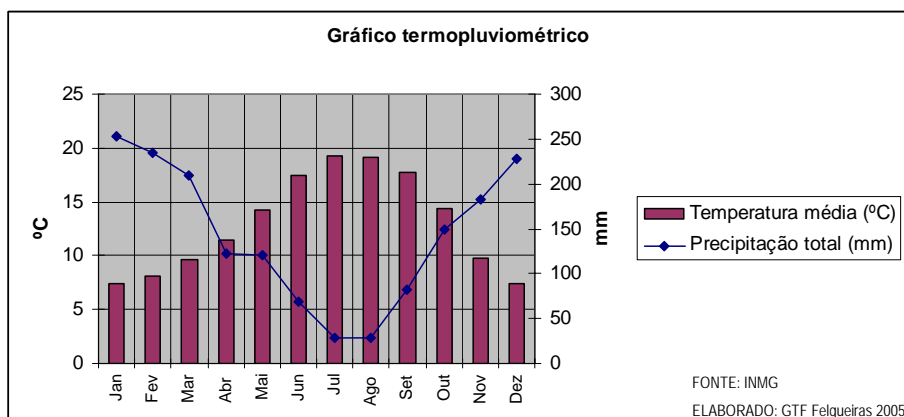
Figura 7 – Carta da Aptidão do Solo



Fonte: DRAEDM

Por sua vez, o clima em Felgueiras, tal como no restante Vale do Sousa com pequenas variações locais, é predominantemente de tipo temperado de cariz atlântico, caracterizado por uma elevada precipitação anual e amplitude térmica anual moderada, conforme se pode constatar no gráfico termopluiométrico anual da estação climatológica de Paços de Ferreira referente ao período 1951-1980:

Gráfico 1 – Gráfico termopluiométrico (Estação de Paços de Ferreira 1951-1980)



Com este conjunto de características naturais e edafo-climáticas, a maior parte desta região seria, em tempos primitivos, ocupada por mata, cuja associação florística corresponderia à formação vegetal característica dos Carvalhais da Zona Temperada Húmida.

Neste tipo de formação, a espécie arbórea dominante é o Carvalho-alvarinho (*Quercus robur*). Em associação com esta surgem, entre outras, o Carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*), o Sobreiro (*Quercus suber*), Azevinho (*Ilex aquifolium*) e Pinheiro-manso (*Pinus pinea*).

Ao nível do sob-coberto, podiam ser encontradas espécies arbustivas como: a Aveleira (*Corylus avellana*), Giesteira (*Cytisus striatus*), Teixo (*Taxus baccata*) e Roseira-brava (*Rosa sempervirens*).

Junto aos cursos de água, predominariam as espécies ripícolas como o Freixo (*Fraxinus sp.*), Choupo (*Populus sp.*), Amieiro (*Alnus glutinosa*) e Vimeiro (*Salix alba*).

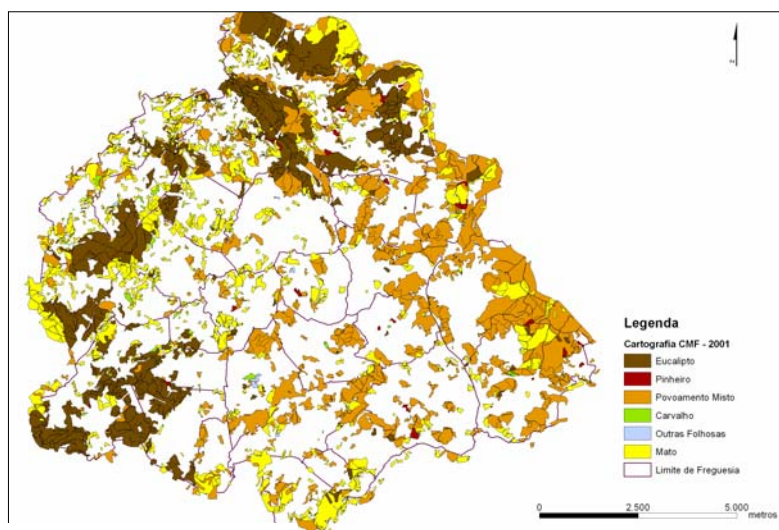
Ao longo dos tempos, esta mata natural foi sendo alvo de devastação por acção do Homem, inicialmente com os objectivos de obtenção de madeira para construção, de expansão dos terrenos de cultivo e de pastoreio.

Mais recentemente, a mata natural foi sendo substituída por espécies de crescimento rápido, nomeadamente o Eucalipto (*Eucalyptus globulus*) e o Pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*), cuja plantação estreme (em especial do primeiro) tem levado à degradação do solo.

Também os incêndios florestais dos últimos anos têm constituído uma séria ameaça, muito embora o Município de Felgueiras tenha sido relativamente poupado.

Este conjunto de factores tem gradualmente levado a uma redução muito significativa da área de mata natural, com o conseqüente empobrecimento e indiferenciação da paisagem.

Figura 7 – Carta da Ocupação Florestal do Solo em 2001



Fonte: Câmara Municipal de Felgueiras

II.2 A transformação da Paisagem por acção antrópica – Breve historial

O povoamento do actual território de Felgueiras remonta, pelo menos, à Idade do Bronze.

A presença humana, nestes tempos remotos, é testemunhada pela presença (comum a todo o Norte de Portugal e Galiza) de monumentos funerários genericamente designados como **dólmen**.

Estas necrópoles eram habitualmente constituídas por enormes pedras (esteios e tampas) que delimitam uma câmara onde os mortos eram depositados, em conjunto com numerosos objectos e utensílios.

É curioso o facto de, nas áreas vizinhas aos dolmens, praticamente não surgirem vestígios de habitações sugerindo que o *modus vivendi* destas populações seria um misto de sedentarismo (aproveitando os campos agrícolas, a cotas mais baixas, e a floresta de folha caduca para a recolha de frutos e lenha) com nomadismo (caça e pastorícia).

Testemunhando este tipo de presença em Felgueiras, é relevante a existência do dólmen da Cidade, na freguesia de Refontoura.

A ocupação humana sedentária surge já na Idade do Ferro, na forma de **castros**, pequenas comunidades cuja organização social seria baseada no conceito de família alargada, cujos membros estariam ligados entre si por laços de consanguinidade. A um conjunto de castros corresponderia uma Cidade (segundo Plínio existiriam umas 24 Cidades no Entre-Douro-e-Minho e Galiza), apresentando este conjunto de povoados uma coesão que permite afirmar que se trata de um único povo: os **Calaicos**, de origem celtibérica.

Estas comunidades instalaram-se, pelo menos a partir do séc. II a.C., nas colinas e montes que rodeiam e demarcam actualmente largas extensões de campos de exploração agrícola, tendo os castros permanecido povoados pelo menos até ao séc. I d.C.

As razões que levam a esta localização são essencialmente de foro defensivo, dado que nestes sítios os horizontes são largos e permitem uma vigilância atenta e uma capacidade observatória essenciais à sobrevivência da comunidade.

Segundo Estrabão, esta sobrevivência seria baseada numa economia agro-pastoril, complementada pela exploração agrícola de cereais e produtos hortícolas em pequena escala e pela caça e recollecção de frutos florestais.

A civilização castreja é, por excelência, uma civilização do granito. A utilização dos materiais de origem local nos castros, quer nas habitações quer nas muralhas defensivas é uma constante.

As condições geomorfológicas do Território em estudo eram então bastante propícias a esta cultura, existindo neste abundantes testemunhos que perduram até hoje.



Imagem 1 – Vista sobre o Castro da Srª dos Perdidos (Penacova).

A partir do séc I a.C. tem lugar o início da ocupação romana, a qual vem produzir profundas alterações culturais, com reflexos ao nível do modelo de ocupação do território.

De facto, os Romanos, portadores de uma civilização culturalmente superior, dotam o território de melhores acessibilidades, através da construção de pontes e estradas (das quais ainda restam abundantes testemunhos), as quais frequentemente circulavam pelo sopé dos castros pré-existentes.

Sem dúvida que estas obras são uma contribuição fundamental para a estratégia que era perseguida pelos Romanos de conseguir “empurrar” os povoamentos de montanha para zonas mais baixas, onde a terra se deveria explorar, dividir e distribuir com o objectivo de introduzir uma agricultura intensiva que permitisse a produção de excedentes.

É nesta fase que surgem as “*Villae*” – propriedades, já não do foro comunitário mas sim privado, compostas por uma extensão de terra arável (o *feudus*) e por um conjunto edificado que incluía a residência do proprietário, lagares, celeiros e armazéns.

A cultura primordial seria a cerealífera, com peculiar incidência no trigo e na cevada. Era também relevante a presença de espécies mediterrâneas como a Vinha e a Oliveira.

A fava, a ervilha, o centeio e o milho forneciam importantes complementos alimentares, para a qual também contribuiria a criação pecuária (gados equino, bovino, caprino e suíno).

Por fim, a cultura do linho, importante no fabrico de vestuário.

Estas unidades sobreviverão às sucessivas vagas de invasores que se sucederiam a partir do séc. IV d.C., com a ruptura do Império Romano (primeiramente os Suevos – cujo Reino tinha capital em Braga – e depois os Visigodos).



Imagem 2 – Vista sobre a Villa Romana de Sendim. Ainda é visível a posição privilegiada que esta ocupava, dominando o vale agrícola a partir da meia encosta. Ao canto um pormenor da zona termal da Villa.

De facto, as “Villae” permaneceram enquanto unidades demográficas aglutinadoras, devidamente demarcadas e constituindo núcleos organizados de exploração agrícola.

Com o processo de cristianização (fortemente implantado nesta região), uma grande parte destas unidades terá passado a constituir **Paróquias**, as quais poderiam congregar mais do que uma unidade.

Estas paróquias eram naturalmente dotadas de uma Igreja Baptismal e de um local para enterramento dos mortos. Estas construções assumem grande relevância na vida comunitária enquanto centros de refúgio e conforto espiritual para uma população rural habituada a uma vida árdua de trabalho e de luta pela sobrevivência, a qual, nas áreas que mantêm o cariz mais rural, perdurará até aos dias de hoje.

Serão aliás estes povoados que darão, grosso modo, origem á actual divisão administrativa por **freguesias**. O estudo da toponímia local é revelador desta origem, sendo rara a freguesia que não tenha um lugar denominado Cimo de Vila ou Fundevila.

A rede paroquial assim estabelecida, permite a configuração geográfica de territórios militares (as **Terras**, como p.ex. a Terra de Felgueiras), habitualmente controlados pela nobreza terra-tenente.

A coesão do espaço aumenta, utilizando os pontos marcantes da paisagem como limites (não será por acaso que os limites do Concelho de Felgueiras no sentido NE-SW sejam determinados pelos dois pontos de cota mais elevada...).

Coincidindo com os alvares da Nacionalidade, os séculos XII e XIII, são épocas de arroteia, conquistando-se solo agrícola pelas encostas dos montes e até às margens dos cursos de água. Bordejando os campos, distribuíam-se as árvores de fruto e alguma *vinha de enforcado*, cuja vide era tradicionalmente plantada junto ao tronco de uma cerejeira-brava (*Prunus avium*) ou de um Carvalho (*Quercus robur*).

Os campos propriamente ditos eram reservados para a cultura cerealífera e para forragens para o gado, constituindo a paisagem do **prado**, fortemente expressiva no Entre-Douro-e-Minho.



Imagem 3 – O verde é a cor dominante e imagem de marca do Município. Aqui um belo exemplo na freguesia de Lordelo.

A este aumento de superfície arável correspondeu, em determinado momento, o aparecimento de regime de arrendamento (os caseiros) de forma a melhorar a exploração agrícola.

No entanto, as grandes propriedades continuaram na posse da aristocracia rural sendo em regra dominadas a partir de casas senhoriais (**Paço, Casa ou Solar**) de construção sólida e muitas vezes de género acastelado, as quais eram rodeadas das humildes habitações dos caseiros, dos celeiros e de uma capela particular para o culto.

Frequentemente as entradas nestas propriedades eram testemunho de opulência e ornamentadas pelo **brasão** da família do proprietário. Algumas destas propriedades e respectivos conjuntos edificados sobreviveram até hoje, testemunhando um passado muito rico e transversal a todos os períodos da arte portuguesa.



Imagem 4 – O brasão simboliza frequentemente a opulência e o poder senhorial dos proprietários rurais, muitos deles ligados à aristocracia. Nesta imagem o brasão da Casa de Aião.

Fora deste esquema, as terras eram exploradas em pequenas parcelas e em regime familiar (**Casais ou Hortos**), gerando o regime de minifúndio que perdura até hoje.

A existência do horto (ou horta) é de grande importância, constituindo um elemento estruturante da habitação, a qual é frequentemente projectada em conjunto com o respectivo quintal, cuja utilização para cultivar hortaliças, algumas árvores de fruto, leguminosas e plantas aromáticas ou ornamentais constituía um importante suplemento de sobrevivência.

Para além disto, as hortas constituíam locais de reunião familiar ou de privacidade fora das paredes da habitação.

A habitação associada a um logradouro utilizado muitas vezes para horta ou para construção de anexos de apoio à habitação ou a actividades económicas complementares é, ainda hoje, uma tipologia de construção com muita expressão no território.

Em paralelo a estas transformações, surgem as condições para o surgimento dos **Mosteiros**, mormente construídos em estilo **Românico**, sob o patrocínio da aristocracia, atenta à mensagem veiculada pelos monges clunícenses, de grande importância à época (Séc. XI a XIII).

Procurava-se assim, de certo modo, eternizar o poder e salvar a alma, através da construção destes magníficos edifícios e de vultuosos donativos à Igreja.

A escolha do local para implantação destes Mosteiros não é aleatória, antes obedece a uma lógica de espiritualidade, preferindo-se locais ermos mas pretensamente abençoados onde não faltasse água e arvoredo.

Estas construções acabam por ser poderosos agentes de transformação da paisagem, já que, por acção dos Monges, a sua envolvente seria arroteada e utilizada para a policultura intensiva.



Imagem 5 – O Mosteiro de Pombeiro, a Jóia do Vale - Monumento Nacional desde 1910. Após décadas de abandono, encontra-se actualmente em fase de reabilitação.

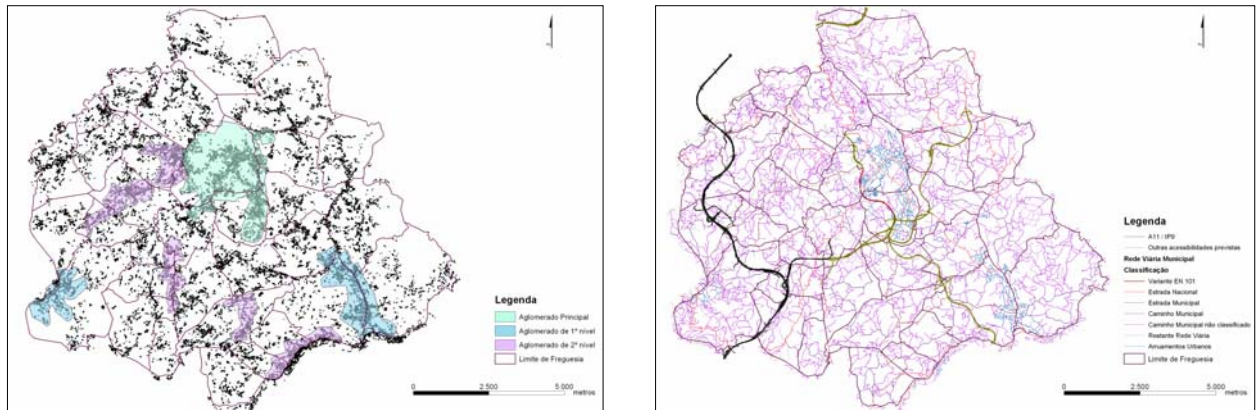
Em suma: as condições naturais e sociais observadas ao longo da História, proporcionaram a existência de um mosaico paisagístico muito rico e apoiado em sistemas parcelares complexos, e criaram, por outro lado, as condições de base para a construção de um magnífico Património Edificado, onde avultam os Mosteiros em estilo Românico.

Esta paisagem prevaleceu quase inabalável até às últimas décadas do século passado, quando o território foi alvo de um surto de industrialização (muito apoiado na indústria do calçado), surto este acompanhado por um incremento substancial nos fenómenos de construção e urbanização, os quais, até aos inícios dos anos 90 não foram enquadrados por qualquer instrumento de Ordenamento do Território.

Consequentemente, aumentaram os fenómenos de dispersão, num território já por si fragmentado, descaracterizando áreas rurais e incrementando a capilarização da rede viária.

As figuras seguintes são ilustrativas desta situação.

Figura 8 – Carta dos Principais Aglomerados (PDM) e Rede Viária (Existente e prevista)

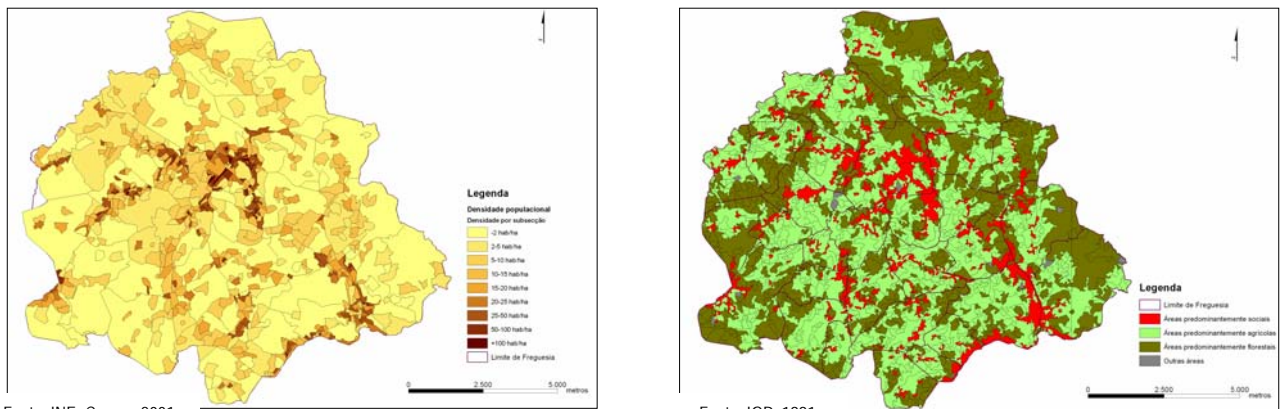


Fonte: Câmara Municipal de Felgueiras

É notável o facto de, num território que é (como já o era desde a Idade Média) densamente povoado, a Carta de Ocupação do Solo de 1991, indicie que a principal ocupação do Território será predominantemente agrícola.

Esta aparente contradição explica-se pelo sem número de construções que surgem em áreas agrícolas, aproveitando a capilarização da rede viária, e que na prática impedem que os aglomerados urbanos planeados ganhem massa crítica, com os evidentes custos ambientais e económicos.

Figura 9 – Carta da Densidade Populacional e Carta de Ocupação do Solo 1991



Fonte: INE; Censos 2001

Fonte: IGP, 1991

CAPITULO III

Elencagem e potencial turístico dos recursos patrimoniais do Município

III.1 O Património como “mola impulsadora” do Turismo contemporâneo

Vive-se, actualmente um momento de profunda transformação das dinâmicas sociais e económicas, cuja amplitude tende, tendencialmente, para alcançar escalas cada vez maiores.

Neste contexto de globalização crescente, a competição entre cidades, regiões e países pela captação de investimento externo baseia-se cada vez mais na capacidade de potenciar os recursos endógenos enquanto factor de distinção e qualidade.

Assim, o Património entendido como no seu sentido lato, isto é, como o conjunto de bens portadores de testemunho cultural ou de civilização, adquire uma relevância extraordinária dadas as funções simbólicas, de representação e identitárias ao serviço da promoção local.

Por outro lado, no caso concreto de Portugal, existe uma aposta forte e consciente no Turismo enquanto motor de desenvolvimento.

Tal aposta implica o alargamento do leque de ofertas “tradicionais” (nomeadamente os produtos baseados nos binómios Sol-Praia), remetendo os recursos patrimoniais para lugar de destaque no que toca à sua eventual transformação em produto turístico por excelência, o **Turismo Cultural**.

Neste, os bens culturais desempenham o papel de grande motivador do turismo de qualidade, constituindo simultaneamente factor de desenvolvimento local, beneficiando largamente a economia das populações de acolhimento.

A procura por este tipo de produto tem vindo a fazer parte da agenda de tempo de lazer de um cada vez maior leque de pessoas, em particular na Europa.

A **Rota do Românico do Vale do Sousa** enquadra-se nesta filosofia, aproveitando o potencial oferecido pela profusão de elementos do Românico, tanto do ponto de vista turístico respondendo à crescente procura (e retirando daí as devidas vantagens económicas), como do ponto de vista de afirmação da identidade local.

A procura esperada para este produto tenderá a corresponder ao perfil allocêntrico do turista (mesmo do turista de negócios...), ou seja, aquele que é exigente do ponto de vista qualitativo, com motivações diversificadas, “relação ecológica” com o espaço e capacidade crítica sobre a autenticidade dos recursos oferecidos.

Afigura-se que a viabilização da Rota do Românico passará pela capacidade de integrar este produto num produto mais vasto, que será o próprio Território do Vale do Sousa, cuja qualidade percebida estará directamente relacionada com a capacidade de impedir a delapidação e abastardamento do(s) seu(s) recursos patrimoniais.

O objectivo do presente capítulo será precisamente o de elencar e catalogar estes recursos, no que se refere ao território municipal de Felgueiras.

III.2 O Património Ecológico

Conforme aquilo que foi enunciado nos dois capítulos anteriores, verifica-se que o actual território do Município de Felgueiras fica localizado numa região onde as condições naturais propiciam a existência de uma riqueza paisagística que deriva quer da Natureza no seu estado “selvagem”, quer proveniente da acção antrópica no aproveitamento dessas mesmas condições.

Pode-se, com propriedade, identificar diversas tipologias de ocupação do solo, associáveis a um rico património ecológico que se encontra disseminado por boa parte do território.

A tabela seguinte remete para uma abordagem de fácil leitura deste conjunto patrimonial.

| Tipo | Descrição | Objectos relevantes |
|-----------------------------------|---|--|
| Povoamentos florestais autóctones | Mata cuja espécie dominante é o Carvalho, em associação com outras espécies arbóreas e arbustivas. | Matas de pequena dimensão nas freguesias de Pedreira, Sousa e Penacova. |
| Manchas florestais contínuas | Povoamentos florestais de grande dimensão onde predominam espécies de crescimento rápido. | Maciços florestais de: Juguieiros (na margem direita dos Rios Ferro e Bugio), Sta. Quitéria/S. Domingos, Seixoso, Santana e Sr.º Perdidos. |
| Cursos de água | Rede hidrográfica: rios, ribeiras e linhas de água (permanentes ou temporárias) e respectivas margens, leitos de cheia e vegetação ripícola. | Rio Vizela, Rio Ferro, Rio Bugio, Rio Sousa, Rio Tressousa, Ribeira da Longra, Ribeira de Borba (Passarias). |
| Vales e várzeas agrícolas | Extensões, em alguns casos em grande mancha contínua ou grandes unidades, de território cujo uso do solo predominante é o agrícola, com dominância da vinha (incluindo a tradicional vinha de enforcado), das culturas de regadio e hortícolas e, mais recentemente, do kiwi. | Vales do Rio Vizela; das nascentes do Rio Sousa quer a poente (freguesias de Sousa, Sernande, Rande e Idães), quer a nascente (freguesias de Varzea e Moure); “miolos” das freguesias de Vila Cova da Lixa, Santão, Vila Verde e Airães. |
| Espaços verdes artificiais | Locais onde a intervenção humana permite uma fruição alargada do espaço natural, com existência de equipamentos de apoio e lazer. | Alameda de Sr.º Quitéria Parque de Campismo de Vila Fria |
| Pontos de miradouro | Locais de cota mais elevada que permitem fruição cénica sobre o território. | Montes de Sr.º Quitéria/S. Domingos, Sr.º Aparecida, Sr.º Perdidos, Sr.º Marinha, Alto de Santana, Alto dos Maragotos. |
| Hortas familiares | Pequenas leiras, situadas por regra no logradouro das habitações, destinadas à produção de pequena escala, normalmente para auto-consumo. | Disseminadas por todo o Município. |

III.3 O Património Edificado

Conforme aquilo que foi enunciado nos dois capítulos anteriores, verifica-se que no actual território do Município de Felgueiras criaram-se condições históricas para a existência de um rico conjunto patrimonial resultante das sucessivas “camadas” de ocupação humana que se sucederam ao longo dos tempos.

Sem dúvida, este património será, o grande testemunho identitário legado pelas anteriores gerações que povoaram este espaço.

A ligação íntima deste ao património ecológico referido no ponto anterior é, nalguns casos, por mais evidente.

Infelizmente, verifica-se que muito deste património se encontra num estado de degradação que compromete seriamente o seu potencial enquanto factor de atractividade turística.

Tal como no ponto anterior, a tabela seguinte remete para uma abordagem de fácil leitura deste vasto conjunto patrimonial.

FELGUEIRAS – PATRIMÓNIO EDIFICADO

| Tipo | Descrição | Objectos relevantes |
|------------------------------------|---|---|
| Edifícios Religiosos Românicos | Mosteiro e Igrejas construídas em estilo arquitectónico românico, entre os séc. X e XIII. | Mosteiro de Pombeiro, Igreja de Stª Maria de Airães, Igreja de S. Vicente de Sousa, Igreja do Salvador de Unhão e Igreja de S. Mamede de Vila Verde. |
| Edifícios Religiosos não Românicos | Igrejas e capelas, posteriores ao período românico, com interesse essencialmente religioso e simbólico. | Mosteiro do Bom Jesus de Barrosas; Igrejas de Vila Cova da Lixa, Borba de Godim e Santão; Capelas de Encontro, Gradim, Via Cova e São João. |
| Edifícios Vernaculares | Conjuntos edificadas (alguns com raízes seculares), associados a quintas de exploração agrícola (habitualmente em regime parcelar complexo) cujas entradas por regra ostentam o Brasão da família (clã aristocrata) à qual pertencem ou pertenciam. | Casa de Aião, Casa de Ansiães, Casa do Paço, Casa da Bouça, Casa de Barrosas, Casa da Mata, Casa de Simões, Casa de Cramarinhos, Casa da Porta, Casa do Souto, Casa de Valmelhorado, Casa do Paço de Pombeiro, Casa de Rande, Casa da Torre (Rande), Casa da Torre (Vila Cova da Lixa), Casa de Stª Ovaia, Casa de Fijó, Casa da Reganhuça, Casa de Sergude, Casa de Francoim, Casa de Cabeça de Porca, Casa da Igreja, Casa de Junfe, Casa de Mademe, Casa da Torre (Refontoura), Casa do Burgo, Casa da Quinta. |
| Dólmen e Castros | Sítios onde se estabeleceu a civilização castreja, cuja exploração arqueológica desvenda o <i>modus vivendi</i> destas populações. | Castros de Stª Marinha, Srª dos Perdidos, Picoto e Cimalhas. |
| Villa Romana | Unidade de exploração agrícola de origem Romana, com o respectivo conjunto edificado. | Villa Romana de Sendim. |
| Obras de Engenharia Romana | Pontes e calçadas construídas durante a época de romanização da Península Ibérica. | Pontes do Arco e Calçadas romanas em Boavista, Caramos, Espiúca, Pombeiro. |
| Obras de Engenharia Medieval | Pontes e vias construídas durante a Idade Média. | Pontes Românicas de São João e Travassós e via S. João/Travassós. |
| Aldeias e Lugares Tradicionais | Conjuntos de edifícios, normalmente ligados a assentos agrícolas, cujas características e enquadramento se mantêm forte pendur de ancestralidade. | Aldeias de Talhos, Lamesinhos, Ramos e Codeçais; Lugares do Assento, Travassós e Rua. |
| Construção Tradicional | Construção para fins habitacionais e de apoio à habitação construída segundo moldes e materiais tradicionais (granito, madeira...) | Disseminada por todo o Município. |

III.4 Avaliação do Património – Matriz de atractividade

A efectiva atractividade turística obtida a partir do património acima elencado não é homogénea.

Parece óbvio que enquanto alguns dos elementos valem por si próprios e encerram um elevado grau de atractividade, outros valerão como complemento àqueles primeiros e ainda se poderá equacionar a existência de um terceiro grupo de elementos que, não sendo eles próprios “turísticos” no sentido restrito da palavra, serão importantes como enquadramento e referência.

Assim, afigura-se ser importante construir uma matriz que permita, à posteriori, distinguir diferentes níveis de intervenção, traduzíveis em medidas de Ordenamento do Território, que permitam acções integradas e integradoras.

Esta matriz constitui simultaneamente um auxiliar para a avaliação SWOT que será apresentada no capítulo seguinte.

Para comodidade de leitura foi utilizada a seguinte chave:

| Nível | Situação |
|-------|--|
| I | Elementos de atractividade elevada ou muito elevada, constituindo <i>per si</i> focos de atractividade turística. |
| II | Elementos de atractividade moderada cujo aproveitamento constitui-se como factor de complementariedade aos elementos de nível I. |
| III | Elementos cénicos, fundamentais para o enquadramento territorial dos elementos de nível I e II. |

Avaliação

| Tipo | Nível | Tipo | Nível |
|------------------------------------|-------|-----------------------------------|-------|
| Edifícios Religiosos Românicos | I | Aldeias e Lugares Tradicionais | II |
| Villa Romana | I | Pontos de miradouro | II |
| Obras de Engenharia Romana | I | Povoamentos florestais autóctones | III |
| Espaços verdes artificiais | I | Manchas florestais contínuas | III |
| Obras de Engenharia Medieval | II | Cursos de água | III |
| Edifícios Religiosos não Românicos | II | Vales e várzeas agrícolas | III |
| Edifícios Vernaculares | II | Construção Tradicional | III |
| Dólmen e Castros | II | Hortas familiares | III |



Imagem 4 – Galeria ilustrativa com alguns exemplos de Património Municipal. Na 1ª fila, à esquerda, a Ponte Medieval de Travassós, na freguesia de Jugueiros; à direita uma visão panorâmica da mesma freguesia, onde ainda é visível a divisão fundiária herdada da Romanização, a qual constitui, indubitavelmente, um Património. Na 2ª fila, à esquerda um aspecto da aldeia de Talhós em Vila Fria; à direita a Igreja Românica do Salvador de Unhão. Na 3ª fila, à esquerda a entrada para a Quinta de Maderne sendo visível a ramada ao longo do caminho e a vinha de enforcado; à direita a Casa Senhorial do Paço de Pombeiro, recentemente classificada pelo IPPAR. Na 4ª fila, à direita Calçada Romana em Vila Fria; à esquerda a Quinta e Casa Brasonada de Sergude, actualmente utilizada como Estação de Vitivinicultura.

III.5 Distribuição geográfica dos elementos patrimoniais

A distribuição geográfica dos elementos patrimoniais identificados pode ser consultada na Planta Geral à escala 1/25.000 apresentada em anexo e designada como Planta 01, bem como, nas área de maior aglomeração de Património, nas Plantas Parciais à escala 1/10.000 sobre ortofotomapas também apresentadas em anexo e designadas como Plantas 03 e 04.

Da referida distribuição, serão de reter alguns factos pertinentes para este estudo:

- A íntima relação entre as áreas de vale agrícola e o património vernacular representado pelas quintas com Casa Brasonada;
- A dicotomia entre as formas mais ancestrais de povoamento (dólmen e castros), localizados a cota mais alta, e os edifícios de cariz religioso, nomeadamente os integrados na Rota do Românico, localizados a cotas mais baixas, ocupando posição de destaque como focos de organização do território nos vales agrícolas;
- Apesar da dispersão do património pelo território, é visível a existência de *“freguesias/áreas-pólo”*, onde claramente existe concentração de património de nível I e II: no Vale do Vizela (freguesias de Vila Fria, Pombeiro e Jogueiros); na freguesia de Sendim; na freguesia de Caramos; nas freguesias de Unhão e Rande;
- As freguesias acima mencionadas correspondem, em regra, a áreas de território de baixa dinâmica sócio-económica, de cariz acentuadamente rural;
- O acesso à maior parte dos elementos identificados é assegurado pelas redes viária municipal e sub-municipal.

CAPITULO IV

*Síntese do diagnóstico – Visão e objectivos estratégicos**IV.1 Avaliação SWOT*

A partir do levantamento e diagnóstico/análise da situação presente efectuado nos capítulos anteriores e tendo em atenção as variáveis (internas e externas) que influenciam os objectos de estudo e sua relação como o meio, é possível delinear a seguinte matriz SWOT quadripolar:

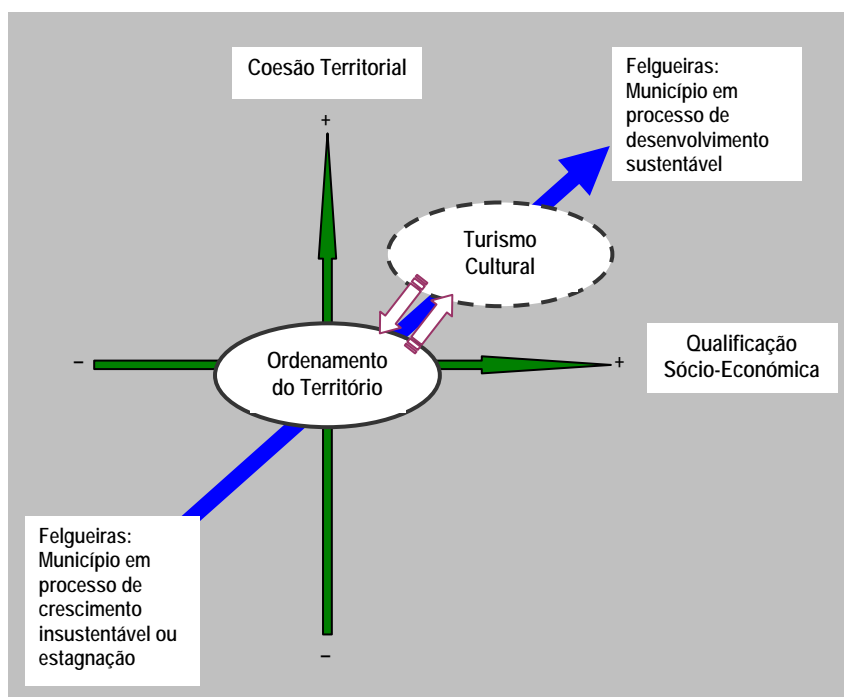
| Forças | Fraquezas |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • Riqueza e diversidade dos Patrimónios Ecológico e Edificado; • Disseminação pelo território – factor de coesão; • Dinamismo económico de base industrial – potencial para o segmento do turismo negócios (<i>short breaks</i>); • O carácter rural do enquadramento do património – potencial para o segmento do turismo em espaço rural; • Alguma dinâmica gerada pelo <i>Programa Leader</i> para o estabelecimento de unidades TER; • Disponibilidade financeira para intervenções particulares de restauro de alguns conjuntos (anos 80 e 90); • Apesar da decadência do sector primário a agricultura vai sobrevivendo enquanto actividade a tempo parcial; • Política municipal proactiva no que toca à defesa da floresta contra incêndios; • ... | <ul style="list-style-type: none"> • Estado de degradação (nalguns casos dramático) de alguns edifícios/conjuntos edificados; • Imagem externa negativa do Município em particular e do Vale do Sousa em geral; • Falta de consolidação e qualificação dos principais aglomerados urbanos; • Ausência (até há pouco tempo) de grandes acessibilidades a nível externo, e deficiente hierarquização a nível interno; • Rede viária não hierarquizada dificulta estruturação de percursos; • Insuficiente exploração do património arqueológico; • Decadência do sector primário, com diminuição da SAU; • Deficiente aproveitamento do espaço rural/natural para actividades culturais e de animação; • Existência de alguns focos de degradação ambiental devido aos baixos níveis de infraestruturação (ex: saneamento); • Deficiente divulgação do património existente; • Ausência de uma entidade gestora do turismo local; • Insuficiente oferta de alojamento hoteleiro; • Desqualificação do espaço publico envolvente ao património; • Ausência de um sentido identitário local; • ... |
| Oportunidades | Ameaças |
| <ul style="list-style-type: none"> • Dinâmica turística que poderá advir da implementação da Rota do Românico do Vale do Sousa; • Estratégia nacional de promoção turística (aposta nova: binómios sénior/saúde); • Novo quadro de acessibilidades (A11, IC25...) • Intervenção Municipal em termos de Ordenamento do Território (revisão do PDM); • Aumento da procura de 2ª residência por parte da população urbana; • Enquadramento no novo QCA; • ... | <ul style="list-style-type: none"> • Pressão Urbanística; • Concorrência de outras regiões com maior tradição ao nível turístico localizadas na esfera de proximidade (ex: Baixo e Alto Minho); • Acentuar da dicotomia “tradicional” vs. “modernidade”, com prejuízo das formas tradicionais de organização do território; • Degradação social e económica em geral; • Poluição atmosférica; • Indefinições sistemáticas na PAC; • ... |



Imagem 5 – Dois exemplos de fragilidades que pesam sobre o Património: o estado de abandono e deterioração de uma Casa Brasonada e um foco de degradação ambiental (depósito de sucata a céu aberto).

IV.2 Visão Estratégica

A visão estratégica para o Município, tendo em vista aquilo que foi anteriormente exposto, poderá ser desta forma traduzida:



Ideia-Chave:

O Turismo Cultural, devidamente integrado e enquadrado por uma política proactiva de Ordenamento do Território, deverá constituir um dos motores de desenvolvimento sustentável do Município de Felgueiras, permitindo o seu reposicionamento e contribuindo para a coesão territorial e a qualificação sócio-económica.

IV.3 Eixos e objectivos estratégicos

A visão estratégica apresentada deverá ter tradução em 3 eixos fundamentais de actuação, os quais, necessariamente, deverão associar os sectores público e privado num esforço comum de realização.

Assim, prefigura-se ser pertinente actuar em três vectores fundamentais de qualificação (o que aliás decorre da matriz SWOT): **Território, Património e Marketing.**

| <i>Eixo</i> | <i>Actor(es)</i> | <i>Objectivos</i> |
|-------------------------------------|---|---|
| <i>Eixo 1:</i> <i>Território</i> | <i>Administração Pública (CMF)</i> | <ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a legibilidade (ou evitar a sua perda total) das condições territoriais que estiveram na génese do património edificado; • Adequar estrategicamente os Instrumentos de Gestão Territorial disponibilizados pela legislação vigente; • Garantir a protecção das envolventes de proximidade aos elementos de património edificado; • Reformular a actual classificação/categorização dos solos no sentido da potenciação da atractividade dos elementos patrimoniais; • Estabelecer princípios claro no que toca à utilização de solo rural para fins não agrícolas ou silvícolas; • Evitar a disseminação de fenómenos de degradação paisagística e/ou ambiental; • Reequacionar os níveis de serviço da rede viária; • Consolidar os aglomerados existentes, evitando o multiplicar dos fenómenos dispersivos. |
| <i>Eixo 2:</i> <i>Património</i> | <i>Administração Pública + Iniciativa Privada</i> | <ul style="list-style-type: none"> • Realizar acções de recuperação e salvaguarda de envolventes do Património Românico; • Incentivar a recuperação dos conjuntos edificados (ex:benefícios fiscais); • Apoiar o estabelecimento de unidades TER, aproveitando o património edificado (nomeadamente as Quintas com Casa Brasonada); • Estabelecer um 'Núcleo de Apoio à Reabilitação do Património', com capacidade técnica a nível de projecto (eventualmente integrado no âmbito mais lato de uma Entidade Gestora), designadamente no âmbito de Programas Comunitários; • Garantir condições de 'visitabilidade' dos conjuntos patrimoniais. |
| <i>Eixo 3:</i> <i>Marketing</i> | <i>Administração Pública + Iniciativa Privada</i> | <ul style="list-style-type: none"> • Criar uma entidade gestora local de turismo com vista a mobilizar e coordenar os agentes locais; • Divulgar o património utilizando meios de comunicação adequados; • Multiplicar os eventos que complementem (e aproveitam) a riqueza patrimonial, nomeadamente aqueles que se possam enquadrar no espírito 'Rota do Românico do Vale do Sousa'; • Sensibilizar localmente no sentido da promoção do carácter identitário. |

Apesar de apresentar aquilo que seriam os objectivos para estes três vectores, no âmbito deste trabalho e tendo em conta os seus objectivos, será apenas desenvolvido aquilo que se refere ao Eixo 1.

CAPITULO V

Operacionalização da Estratégia – Plano de Acção

V.1 Quadro de partida: Factores críticos

- **Solo rural vs. solo periurbano.**

As desafecções do rural (Reserva Agrícola Nacional) destinadas a edificação particular são um factor muitas vezes desqualificante que desvirtua a leitura da paisagem. Por vezes são concedidas ao arrepio de qualquer princípio/critério coerente de Ordenamento do Território. Isto, a par, com o custo especulativo do solo urbano, contribui para a transformação penalizadora de parcelas de solo rural em solo periurbano, uma “área cinzenta” onde nada nem ninguém se consegue rever. No reverso da medalha temos as situações onde a lei acaba por ser um óbice à concretização da estratégia, dadas as limitações nas tipologias autorizadas.

- **Continuidade espacial.**

O DL 380/99 veio simplificar a classificação do solo, elencando apenas duas classes de solo: solo urbano e solo rural. O espírito da legislação parece claramente indiciar a necessidade de contrariar os fenómenos de dispersão, assegurando o controle das massas edificadas e garantir a continuidade e conectividade das unidades de paisagem, ao contrário do que actualmente acontece (o caso de Felgueiras é um bom exemplo disto) onde prevalecem, em particular no caso da Reserva Ecológica Nacional, pequenas manchas de fraca expressão territorial. A conectividade das unidades de paisagem é tão mais importante quanto dela depende a possibilidade de estabelecer percursos integrados de ligação entre os elementos patrimoniais.

- **Capacidade de carga.**

Este factor é importante quando levamos em linha de conta os riscos decorrentes de serem ultrapassados os limites de suporte de fruição dos elementos patrimoniais e da respectiva envolvente. Afigura-se que o comércio e serviços não directamente relacionados com o património deverão forçosamente permanecer nos aglomerados urbanos sob pena de contribuir para a descaracterização do espaço de envolvência. Afigura-se fundamental prever também a existência de áreas de protecção: alargadas (ZEP) no caso dos objectos

de nível I incluídos na Rota do Românico do Vale do Sousa; e simples (ZP – 50 metros) nos casos dos objectos de património edificado de nível II (edifícios religiosos não integrados na RRVS e edifícios vernaculares). Esta questão está, inclusivamente, a ser alvo de estudo específico (naquilo que se refere aos objectos integrados na RRVS), no âmbito do *“Estudo de Valorização e Salvaguarda das envolventes aos Monumentos da Rota do Românico do Vale do Sousa”*.

▪ **Qualidade do Espaço Urbano.**

Muito embora não seja objecto do presente trabalho, a qualidade dos tecidos urbanos – em particular da sede do Concelho – é factor qualificante de grande importância, pois constitui a referência geográfica primordial do Município, funcionando como “cartão de visita”. O planeamento de pequena escala previsto na legislação (figura do plano de pormenor) poderá ser o mecanismo ideal para assegurar a qualidade pretendida.

▪ **Novo quadro de acessibilidades.**

Os efeitos da A11 / IP9 (entrada em funcionamento muito recente) sobre o território são ainda muito incipientes e impossíveis de avaliar. No entanto, esta nova via tem um efeito estruturante muito relevante, facilitando a mobilidade e criando novas “portas de entrada” no Município. Para além das óbvias vantagens, há que acautelar a qualidade do espaço nestas “portas de entrada”, aliás já acautelada nos Planos de Urbanização das Zonas Empresariais do Alto das Barrancas (Revinhade) e de Várzea.

▪ **Instabilidade legislativa.**

Parece certo que o Regulamento Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (DL 380/99) irá ser brevemente revisto. Este clima de instabilidade não deverá, no entanto ser uma condicionante à aplicação da estratégia global, ainda que esta possa sofrer alguns reajustamentos decorrentes desta reformulação legislativa.

V.2 Medidas de Ordenamento do Território

Tendo em conta o diagnóstico efectuado e sintetizado na matriz SWOT, tendo em conta os objectivos elencado para o Eixo Território e tendo em conta os factores críticos enunciados, prefigura-se o desenho do seguinte Plano de Acção e Monitorização, traduzido em propostas

para medidas no domínio do Ordenamento do Território, as quais terão a sua lógica de implementação no âmbito da revisão do PDM em curso :

V.2.1 Aspectos físicos

⇒ Constituição da Estrutura Ecológica Rural.

A figura da Estrutura Ecológica Municipal, criada pelo DL 380/99, a qual deve corporizar, no âmbito do PDM, a *“definição dos sistemas de protecção dos valores e recursos naturais, culturais, agrícolas e florestais”*, constituiu-se como o principal mecanismo a assegurar a integração dos valores patrimoniais e a continuidade entre estes. Esta **perspectiva integradora** constitui a mais-valia desta nova figura, sendo que esta é, pela sua própria definição transversal a todo o território, devendo ser delimitada tanto para o solo rural como para o solo urbano. No entanto, para o presente trabalho, apenas será considerada a componente rural (EER). Forçosamente a EER deverá ser devidamente regulamentada, substituindo-se parcialmente às actuais figuras da RAN e REN, nunca perdendo de vista a defesa do território e da respectiva aptidão, mas assegurando flexibilidade suficiente para garantir o sucesso de iniciativas enquadráveis na estratégia de valorização do património. Deverá abranger as unidades de paisagem prevalentes no espaço rural, designadamente as grandes várzeas agrícolas, as manchas florestais contínuas, os núcleos e pequenos aglomerados de pendur claramente tradicional, e, é claro, os elementos patrimoniais identificados, os quais se situam maioritariamente neste tipo de espaço.

⇒ Elaboração de Projectos de Intervenção em Espaço Rural.

Esta figura, criada pelo DL 380/99 e regulamentada pela Portaria nº 389/2005 de 5 de Abril, deve estabelecer, no âmbito do PDM, os *“objectivos mais adequados ao seu (solo rural) ordenamento e desenvolvimento sustentável, pormenorizando e concretizando as propostas de ordenamento do território definidas nos demais instrumentos de gestão aplicáveis, indicando as acções necessárias à sua concretização e as regras para o uso, ocupação e transformação do solo rural.”*. Assim, esta figura (ainda muito pouca explorada) constituiu-se como um precioso mecanismo, na perspectiva de multifuncionalidade dos espaços, naquelas situações onde a concentração de valores patrimoniais justifique uma intervenção mais pormenorizada do que as regras genéricas aplicáveis a partir da definição da Estrutura Ecológica Municipal. No caso em apreço encontrar-se-ão nesta situação as áreas do Vale do

Vizela (parte das freguesias de Vila Fria, Pombeiro), parte da freguesia de Jagueiros, a área de “miolo” agrícola definido com partes das freguesias de Vila Cova da Lixa, Caramos, Refontoura e Airães.

⇒ **Definição de Zonas de Protecção e Zonas Especiais de Protecção.**

Com o objectivo de assegurar a qualificação da envolvente próxima dos elementos patrimoniais, deverão ser equacionados perímetros nos quais toda e qualquer intervenção deverá ser sujeita a uma rigorosa verificação de qualidade do respectivo projecto. Podem ser definidos dois níveis para esta condicionante:

– Ao nível dos monumentos integrados na RRVS, poderá ser definida uma ZEP de âmbito alargado, em consonância com o *“Estudo de Valorização e Salvaguarda das envolventes aos Monumentos da Rota do Românico do Vale do Sousa”* em elaboração, com excepção do Mosteiro de Pombeiro que já tem a sua ZEP definida e em vigor;

–Ao nível do restante património edificado, nomeadamente as Casas Brasonadas; deverá ser definida uma ZP de âmbito mais restrito, cujo perímetro não deverá ultrapassar os 50 metros a contar dos limites externos da respectiva unidade associada.

⇒ **Hierarquização da rede viária no âmbito da Estrutura Ecológica.**

Deverá ser definida claramente aquilo que é a rede viária municipal e a rede viária local. Para lá da diferenciação em termos de nível de serviço esta distinção permitirá distinguir parâmetros de infraestruturação (ex: no que se refere ao tipo de pavimentos a adoptar) e impedirá pavimentações de caminhos *ad hoc*, como agora se verifica. Abrirá ainda caminho à estruturação de percursos/rotas complementares (ex: a Rota do Brasão).

⇒ **Qualificação dos Principais Aglomerados Urbanos e das “Portas de Entrada”.**

Os principais aglomerados (em particular a Cidade sede de Concelho) e as portas de entrada decorrentes do novo quadro de acessibilidades são áreas de particular sensibilidade, já que funcionam como cartão de visita do Município. Urge implementar os Programas de Acção previstos nos respectivos Planos de Urbanização (Revinhade e Várzea) e de Pormenor (Portas da Cidade) em vigor e assegurar condições para cobrir o restante perímetro urbano da Cidade de Felgueiras com PMOT de escala adequada (Planos de Pormenor ou Plano de Urbanização).

⇒ **Política proactiva de defesa da floresta contra incêndios.**

Deverão ser consagradas em PDM as áreas sujeitas a operações de silvicultura preventiva, de acordo com DL nº 156/2004 de 30 de Junho e definidas pelo Plano Municipal de Defesa da Floresta.

Esta proposta de Ordenamento físico encontra-se plasmada na Planta à escala 1/25.000, apresentada em anexo e designada como Planta 02.

V.2.2 Aspectos regulamentares

⇒ **Regulamentação das desafecções em Reserva Agrícola Nacional.**

Deverão ser claramente definidos os termos em que estas desafecções serão concedidas, sempre na perspectiva do Ordenamento do Território, não permitindo a dispersão desregrada da função habitacional.

⇒ **Regulamentação das ZP e ZEP.**

Definição das condicionantes a impor nestas áreas, as quais poderão ser variáveis consoante a natureza do próprio objecto.

⇒ **Defesa das tipologias tradicionais.**

No solo rural as novas construções deverão atender a normas tipológicas que privilegiem os aspectos tradicionais de apropriação do território, designadamente no que concerne ao recurso a modelos arquitectónicos e materiais e a baixa densificação que permita a existência de logradouro.

⇒ **Defesa do suporte físico natural.**

Deverão ser impedidas todas as acções que se traduzam em alterações profundas do relevo. Esta condicionante deverá impedir a destruição de coberto vegetal e as consequentes “feridas” na paisagem. Esta questão é particularmente pertinentes nas áreas onde se verificam declives pronunciados, nomeadamente na envolvente das áreas castrejas no relevos periféricos do Município (defesa do “Berço da Municipalidade”).

V.2.3 Monitorização

⇒ Listagem de indicadores / variáveis para avaliação da estratégia:

- Evolução anual do número de dormidas – total;
- Evolução anual do número de dormidas – em unidade de alojamento TER;
- Nº anual de projectos para novas unidades TER;
- Nº anual de projectos de reabilitação de edifícios/conjuntos edificados patrimoniais;
- Evolução do nº candidaturas a Programas de Apoio Nacionais ou Comunitários;
- Evolução anual do volume de negócios em sectores correlacionados (restauração, vitivinicultura, artesanato...) com a actividade turística;
- Evolução anual da criação de novos negócios/postos de trabalho em correlação com a actividade turística;
- Evolução do grau de execução dos Planos de Urbanização e Pormenor;
- Nº anual de eventos em associação com o Património;
- Evolução dos níveis de serviço da A11/ IP9 (em particular durante os períodos de fim-de-semana e/ou férias);
- Nível de concretização das restantes grandes acessibilidades;
- Evolução anual e tipologia dos licenciamentos para novas construções em solo rural (incluindo desafectações da RAN);
- Evolução anual das ligações às redes públicas de infra-estruturas ambientais;
- Evolução da SAU (Superfície Agrícola Utilizada);
- Evolução anual do nº incêndios florestais e respectiva área ardida.



Bibliografia e fontes de informação

- Gomes, Paulino et al.; *"Felgueiras, Tradição com Futuro"*, Edições Anégia, 1996
- Fernandes, Maurício Antonino; *"Felgueiras de Ontem e de Hoje"*, 1989
- Almeida, Carlos Alberto Ferreira ; *"História da Arte em Portugal. O Românico"*, editorial Presença; 2001
- Anico, Marta; *"Património, turismo e políticas culturais autárquicas. conflitualidade ou convergência de interesses?"*; I.S.C.S.P da Universidade Técnica de Lisboa
- Silva, Elsa Peralta da; *"Património e identidade. Os desafios do turismo cultural."* I.S.C.S.P da Universidade Técnica de Lisboa
- Sirgado, José Rafael et al.; *"Plano de Acção para a implementação e dinamização turística e cultural da Rota do Românico do Vale do Sousa"*; DHV MC, 2004
- Malheiro, Miguel et al.; *"Estudo de Valorização e Salvaguarda aos Monumentos da Rota do Românico do Vale do Sousa"*; 2005
- Câmara Municipal de Felgueiras; Arquivo do Gabinete do PDM
- Câmara Municipal de Felgueiras; Gabinete Técnico Florestal; *"Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios"*, 2006
- Instituto Geográfico Português; *"Carta Administrativa Oficial de Portugal"*, 2004 e *"Carta de Ocupação do Solo"*, 1991
- Instituto Nacional de Estatística; *"Recenseamento Geral da População e Habitação"*, 2001
- Instituto do Ambiente; *"Atlas do Ambiente"*, 1990
- Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação; *"Carta Geológica de Felgueiras"*, 2000
- Direcção Regional de Agricultura do Entre-Douro-e-Minho; *"Carta de Solos e Aptidão do Solo"*, 1995
- Legislação quando mencionada (Diário da República)
- Algumas das fotos foram gentilmente cedidas pelo arquivo do Gabinete de Atendimento, Comunicação e Imagem da Câmara Municipal de Felgueiras.

ANEXOS

Metodologia para delimitação da Estrutura Ecológica Rural

